

POVO LIVRE

SNS

EM DEGRADAÇÃO ACCELERADA

Luís Montenegro apresentou a “Agenda mobilizadora 2030-2040”, documento que contém “25 propostas estruturais” que pretendem mudar o funcionamento da saúde em Portugal e colocar o sistema de saúde português entre os dez melhores do mundo até 2040

05 PRESIDENTE

DISCORDAMOS DO BCE, SALÁRIOS DEVEM SER AUMENTADOS

Luís Montenegro discorda da posição da presidente do Banco Central Europeu (BCE) sobre a inflação ser consequência do aumento dos salários

10 LOCAIS

ALCOBAÇA APROVA PLANO PARA RESOLVER CARÊNCIAS HABITACIONAIS DE 400 FAMÍLIAS

A Estratégia Local de Habitação do concelho de Alcobça, aprovada no dia 29 de junho, prevê, até 2028, um investimento de cerca de 45 milhões de euros

20 REGIONAIS

MADEIRA MOSTRA QUE “É POSSÍVEL ESCOLHER E GOVERNAR BEM”

Na sessão comemorativa do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses, Jaime Filipe Ramos enfatizou que o poder de proximidade é muito mais eficaz

O caminho faz-se caminhando - com confiança

A disponibilidade e a abertura com que Luís Montenegro dialoga com as pessoas, as instituições e as empresas é o exemplo maior de uma política de proximidade



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Há um ano, o PSD começou a reerguer-se. Do 40.º Congresso do nosso partido saiu uma liderança forte, que soube despertar a esperança e a confiança que os militantes e simpatizantes sociais-democratas haviam perdido no passado. A partir desse momento, percebeu-se que havia uma estratégia e um objetivo maior a alcançar: assegurar que Portugal possa ter um Governo capaz de colocar o País no caminho do desenvolvimento económico e social de que tanto carece.

Sabíamos bem que das dificuldades que esperavam o PSD na liderança da oposição a um governo maioritário. Mas a confiança nas nossas ideias, a vontade de recuperar e reforçar o diálogo direto com os portugueses e, dessa forma, construirmos um projeto agregador e mobilizador para o nosso País tem-nos permitido ultrapassar todas as dificuldades que vão surgindo neste caminho que estamos a fazer.

Estes primeiros 365 dias de liderança de Luís Montenegro justificam o entusiasmo e a confiança crescentes que se testemunha, por exemplo, em cada ação realizada no âmbito da iniciativa "Sentir Portugal". A disponibilidade e a abertura com que Luís Montenegro dialoga com as pessoas, as instituições e as empresas, ouvindo atentamente as preocupações, mas também os contributos que vêm da sociedade civil, é o exemplo maior de uma política de proximidade e um sinal inequívoco da relação de confiança que pretende estabelecer com os cidadãos, essencial para um futuro de crescimento e afirmação do País.

Nesse contexto, não foi coincidência que, por estes dias, Luís Montenegro tenha apresentado uma proposta estruturada para a área da Saúde, elencando 25 pontos tidos como fundamentais para inverter o estado inaceitável a que se chegou e colocar Portugal entre os 10 melhores países, a nível mundial, nesta área – há um ano, no congresso realizado no Porto, o Presidente do PSD colocou a Reforma na Saúde como um dos objetivos prioritários.

Esta iniciativa, a que crescem outras, entretanto apresentadas, em áreas tão importantes como a Habitação, prova que o PSD está a investir num trabalho sério e rigoroso de análise aos problemas do país e, de caminho, de definição de políticas sólidas, sustentáveis, com visão de futuro.

Estamos, pois, a preparar-nos para o momento em que receberemos, dos Portugueses, a confiança para governar Portugal.

Parabéns a Luís Montenegro e à sua equipa pelo trabalho que estão a realizar. Continuemos unidos a fazer este caminho com determinação, entusiasmo e proximidade. Pelos Portugueses, por Portugal.

LUÍS MONTENEGRO FALOU NA CÂMARA DE COMÉRCIO AMERICANA EM PORTUGAL

ANTÓNIO COSTA JÁ ESTÁ EM CAMPANHA ELEITORAL

O Primeiro-Ministro é “o campeão” na cobrança de impostos

Luís Montenegro acusa o Primeiro-Ministro de ser “o campeão” na cobrança de impostos, ao promover uma política fiscal “imoral”, e avisa que o Governo se prepara para fazer um “número político” com a atualização extraordinária das pensões.

“Há uma imoralidade, porque o Estado, o Governo, está a tirar às pessoas mais do que aquele muito que já tinha previsto no Orçamento do Estado. Fez isso em 2022 e está a fazer em 2023. (...) O dr. António Costa será campeão em qualquer caso, não precisa de estar a dar esta goleada aos portugueses. Mas está. Está primeiro a fazê-los sofrer, para depois ter meios para fazer algumas benesses (...) para determinadas camadas populacionais e, desculpem dizer, camadas eleitorais”, afirmou.

”

O Governo está a tirar às pessoas mais do que já tinha previsto no Orçamento do Estado

Luís Montenegro





Portugal tem de arriscar pagar melhores salários

Luís Montenegro

Nesse sentido, entende Luís Montenegro, “é tão essencial termos capacidade de atrair e acolher pessoas de outras origens como tratá-las bem, dar-lhes condições dignas”, precisando que é a isto que se refere quando fala de “ter imigração com regras”.

Num pequeno-almoço promovido pela Câmara de Comércio Americana em Portugal, em Lisboa, dia 28 de junho, o Presidente do PSD salientou que “a campanha eleitoral já está em curso”, pelo que “esta semana vamos ser prendados com a notícia do aumento extraordinário das pensões, que não é aumento nenhum: é apenas devolver aos pensionistas o que o dr. António Costa cortou lá atrás, no ano passado”.

Luís Montenegro lembrou que o PSD apresentou uma proposta para que fosse inscrito no Orçamento do Estado para este ano “a atualização que a lei prevê”, na altura rejeitada. “Primeiro cobrou, primeiro sacrificou, e agora aparece com cara lavada a querer dar o que já era das pessoas, fazer um número político com o que já era dos pensionistas”, criticou.

Numa intervenção de 40 minutos, líder do PSD defendeu ainda que Portugal tem de “arriscar pagar melho-

res salários” tanto na administração pública e como nas empresas.

“Em Portugal, temos de arriscar com uma política salarial para valorizar quem trabalha na administração pública e nas empresas. (...) É comum dizer que os salários não se aumentam por decreto. (...) Mas confesso que vamos mesmo ter de arriscar no Estado, mas também nas empresas, em pagar melhores salários”, sublinhou, alertando para a falta de recursos humanos na administração pública em áreas essenciais como saúde, educação, segurança e tribunais.

Luís Montenegro insiste que “é preciso tomar medidas para inverter o agravamento, ter políticas de remoção de obstáculo à natalidade em Portugal, para os jovens terem condições para terem filhos”.

Para o líder do PSD, se “nada se fizer, daqui a 40 a 50 anos teremos menos de 20% da população”. “O que será de Portugal com oito milhões de pessoas?”, questionou.



DISCORDAMOS DO BCE, SALÁRIOS DEVEM SER AUMENTADOS

Luís Montenegro discorda da posição da presidente do Banco Central Europeu (BCE) sobre a inflação ser consequência do aumento dos salários. Pelo contrário, o líder do PSD advoga que é “absolutamente urgente” aumentar os vencimentos em Portugal.





“Queria registar a nossa divergência para com a posição do BCE, em particular da senhora Lagarde, no que concerne à valorização dos salários em Portugal. Não acompanhamos [a ideia de] que o combate à inflação pode estar em causa pela valorização dos salários”, afirmou.

Em declarações aos jornalistas no final de uma reunião do Partido Popular Europeu (PPE), em Bruxelas, na quinta-feira, o líder do PSD foi perentório: “Se há coisa que em Portugal é absolutamente urgente e premente é, quer na administração pública, quer no setor privado, haver uma valorização do nível salarial”.

Para Luís Montenegro, é importante fazê-lo, não só para melhorar as condições de vida dos portugueses, como também para haver uma retenção de profissionais.

“O aumento das taxas de juro que se vem acumulando nos últimos meses já está a produzir efeitos e não podemos, por um lado, querer estar a enfatizar a descida da taxa de inflação e, por outro, insistir numa receita que a partir de um determinado momento começa a ter um efeito pernicioso”, acrescentou.

Em Portugal, exemplificou Luís Montenegro, o aumento das taxas de juro está a ser “penalizador para muitas famílias que têm crédito à habitação e que já estão confrontadas com uma situação dramática”.

Luís Montenegro criticou ainda o Governo em matéria de arrecadação de impostos e pede uma voz forte para defender os interesses nacionais.

“Convém que o Governo português e o primeiro-ministro possam olhar para a situação e fazer valer a sua voz [...], tem aqui uma boa oportunidade, no Conselho Europeu, para sensibilizar os seus congéneres para a necessidade de haver equilíbrio, salvaguardando a economia e a população portuguesa”, frisou.

25 PROPOSTAS ESTRUTURAIS PARA INVERTER O “ESTADO INACEITÁVEL” DA SAÚDE

Luís Montenegro considera que “o PSD não vai ficar de braços cruzados” perante o “estado inaceitável” a que o Governo conduziu a Saúde em Portugal. O PSD quer fazer “um corte radical com a visão estatizante e centralista” do Governo socialista e colocar o sistema de saúde português entre os dez melhores do mundo até 2040.

“O Serviço Nacional de Saúde foi durante tantos anos um pilar fundamental do Estado Social, mas neste momento entrou em rutura. O SNS tem problemas estruturais graves que o Governo nos últimos anos não tem querido nem sabido enfrentar e ultrapassar. (...) Isto não é justiça social. Este não é o estado social que nós defendemos”, afirmou.

Em conferência de imprensa, na segunda-feira, 3 de julho, na sede nacional, após uma reunião da Comissão Permanente, o líder do PSD

apresentou a “Agenda mobilizadora 2030-2040”, documento que contém “25 propostas estruturais” que pretendem mudar o funcionamento da Saúde em Portugal.

“O PSD não pode conformar-se que mais de 1.7 milhões de portugueses não tenham médico de família. Não nos podemos conformar com atrasos que chegam a atingir três anos para que se realizem consultas no SNS ou cirurgias (...) e haver falta de medicamentos nas farmácias”, apontou.





A ideologia não cura as pessoas, quem cura são os profissionais de saúde, as instalações de saúde e os medicamentos

Luís Montenegro

O Presidente do PSD entende que é preciso abdicar de “tacticismos”, para “com seriedade” “colocar Portugal entre os países mais desenvolvidos no que diz respeito aos indicadores da OCDE: estar entre os 15 melhores até 2030 e entre os 10 melhores até 2010. Há condições, há ‘know how’, há pessoas. (...) Sem dogmas ideológicos. A ideologia não cura as pessoas, quem cura são os profissionais de saúde, as instalações de saúde e os medicamentos”, referiu.

Luís Montenegro defende “serviços de saúde com rosto humano, focados nos problemas das pessoas”, “serviços de proximidade que fomentem a responsabilidade e a liberdade individual de cada cidadão”

e “serviços de saúde competitivos e articulados” (público, social e privado), que garantam “valor de saúde a cada indivíduo” e “equidade no tempo certo de cuidados de saúde em todo o território nacional”.

Conheça no site do PSD as 25 propostas estruturais do PSD para a Saúde em Portugal, que foram divulgadas no primeiro dia de uma semana dedicada ao setor, que inclui visitas de Luís Montenegro a hospitais, centros de saúde de todo o país e reuniões com todos os profissionais da área.

Ainda na segunda-feira, o líder do PSD esteve no Hospital Garcia de Orta, em Almada.



LUÍS MONTENEGRO NO CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DO ALGARVE

CUIDADOS DE SAÚDE: A NOSSA PREOCUPAÇÃO SÃO OS ALGARVIOS RESIDENTES

Luís Montenegro considera que as carências de “recursos humanos são a principal preocupação do Serviço Nacional de Saúde” e o motivo pelo qual “o SNS está hoje a viver momentos de grande tormenta”.



No Algarve, alerta o líder do PSD, a principal preocupação do PSD incide sobre “os cuidados de saúde” prestados a uma população local que “não está em igualdade de circunstâncias” face a “outras pessoas que vivem noutras regiões do país”.

“Nós estamos a pensar nos algarvios, há pessoas que vivem 365 dias por ano nesta região”, referiu, após visitar o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), em Faro, Luís Montenegro, na terça-feira, 4 de julho de 2023.

Luís Montenegro defende que, no plano das políticas públicas, não basta criar “boas condições de em-

prego”, é preciso gerar condições de habitação, de educação e de oferta de equipamentos culturais e desportivos, para captar e fixar profissionais de saúde no Algarve.

O Presidente do PSD lamentou ainda que o projeto de construção do novo Hospital do Algarve continue no papel.

“Eu só posso lamentar que, 15 anos depois do lançamento desse projeto, ainda não tenha havido capacidade dos sucessivos governos em executar essa pretensão, que resolveria uma grande parte o problema que hoje temos ao nível das infraestruturas do Algarve”, apontou.

ALCOBAÇA APROVA PLANO PARA RESOLVER CARÊNCIAS HABITACIONAIS DE 400 FAMÍLIAS

A Estratégia Local de Habitação do concelho de Alcobaça, aprovada no dia 29 de junho pela Assembleia Municipal, prevê, até 2028, um investimento de cerca de 45 milhões de euros para resolver carências de habitacionais de mais de 400 famílias.

O documento, que faz um diagnóstico das carências existentes no acesso à habitação e define a estratégia de intervenção adotada pela Câmara de Alcobaça, no distrito de Leiria, determina a necessidade de “desenvolver uma resposta habitacional digna para 426 famílias”, num total de 1030 pessoas.

A freguesia de Alcobaça e Vestiaria é aquela que concentra mais famílias (94) em situação de carência habitacional, seguida de Pataias e Martinança (62); Coz, Alpedriz e Montes (60), Aljubarrota (45) e Benedita (32).

O Vimeiro, com apenas sete agregados sinalizados, é a freguesia menos problemática em termos de carências habitacionais, seguida de Bárrio (11), Turquel e Évora de Alcobaça (15), Alfeizerão e Maiorga (17), Cela (23) e S. Martinho do Porto (28).



O diagnóstico apresentado hoje na Assembleia Municipal (AM) revela que destas 426 famílias “356, correspondente a 882 pessoas, poderão encontrar uma solução habitacional através do Programa 1.º Direito”, ao qual a autarquia admite apresentar candidaturas, que, entre investimento público e privado poderão ascender 45 milhões de euros.

As metas definidas na Estratégia Local de Habitação, para vigorar até 2028, apontam para uma estimativa de investimento de privados na ordem dos 26,1 milhões de euros para a reabilitação 193 habitações.

Ao município caberá um investimento superior a oito milhões de euros, na reabilitação de 51 fogos de habitação social; a aquisição de um terreno e a construção de 40 novos fogos, com um custo estimado de

5,8 milhões de euros e ainda apoio ao arrendamento na ordem dos 3,2 milhões de euros.

A aprovação da estratégia, abre a possibilidade de o município se candidatar ao 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, solução defendida hoje na Assembleia pelo presidente da Câmara, Hermínio Rodrigues (PSD) alegando que o concelho “tem situações emergentes e é preciso avançar com alguma urgência”.

O documento foi aprovado por maioria, com uma abstenção do “Nós, Cidadãos”.

PENACOVA ASSEGURA ALGUMAS LINHAS DE TRANSPORTES PÚBLICOS DURANTE O VERÃO

A Câmara Municipal de Penacova vai assegurar algumas das linhas que ligam aquele concelho a Coimbra, durante o verão, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, afirmou o município.

“Num esforço em manter circuitos que ligam localidades do concelho a Coimbra, o município de Penacova solicitou à Transdev, em articulação com a CIMRC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a manutenção de algumas ligações, sobretudo no período da manhã”, disse aquela autarquia, em nota de imprensa.

A Câmara de Penacova fez um levantamento das necessidades sentidas pela população, mantendo em operação, durante o verão, “algumas linhas que ligam Penacova a Coimbra”, numa altura do ano em que se regista, “desde há muitos anos uma diminuição da oferta de transportes públicos”.

Para o tal levantamento, o município lançou um edital a 09 de junho, a pedir à população para que identificasse “situações em que fosse necessário manter autocarros no período de verão”, aclarou.

“Após essa auscultação, foi comunicada à CIMRC e à Transdev a nossa vontade em garantir alguns circuitos. Percebemos que são, na esmagadora maioria, pessoas que trabalham em Coimbra e utilizam o transporte público para as suas deslocações”, afirmou o presidente da autarquia, Álvaro Coimbra (PSD), citado na nota de imprensa.

O autarca realçou o esforço feito pela autarquia em acomodar as necessidades dos seus munícipes e vincou que só não são assegurados mais serviços, “porque a Transdev não tinha condições logísticas para o fazer”.

Penacova, Cheira, Rebordosa, Caneiro, Chelo, Chelinho, Paradela de Lorvão e Roxo são algumas das localidades que ficam com a ligação matinal a Coimbra assegurada, referiu a autarquia.



PSD DE BRAGA APOSTA NA FORMAÇÃO DE AUTARCAS

A Comissão Política da Secção de Braga do Partido Social Democrata realizou no sábado, 1 de julho, num hotel da cidade, uma sessão de formação subordinada ao tema “Juntas e Assembleias de Freguesia - Competências e Funcionalidades”.

João Granja, presidente do PSD Braga, fez um balanço muito positivo da iniciativa que visou dar mais instrumentos aos autarcas que defendem os interesses das populações.

Esta iniciativa contou com a participação de destacados membros do partido, com dezenas de autarcas, militantes, independentes e simpatizantes do PSD Braga e foi marcado pela apresentação de casos práticos conduzidos por João Granja, Jorge Paulo Oliveira, presidente da Assembleia da União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário, e Pedro Oliveira Pinto, Secretário-geral dos Autarcas Social Democratas.

João Granja fez um balanço extremamente positivo da formação,

destacando a “qualidade dos conteúdos apresentados e o empenho dos participantes em aprender e aprofundar os conhecimentos sobre as competências e funcionalidades das Juntas e Assembleias de Freguesia”.

“Enquanto o Partido Socialista anda entretido com as disputas internas e com as questões da espuma dos dias, nós trabalhamos de forma metódica e organizada para que os autarcas do PSD e da Coligação Juntos por Braga sejam os mais competentes e os mais bem preparados para o desempenho das suas funções. Uma das grandes responsabilidades de um partido político é formar as pessoas e, por isso, somos muito exigentes em relação a esta matéria”, disse João Granja, re-

ferindo que “o PSD de Braga tem um plano rigoroso de formação” para apresentar à população os “melhores autarcas”.

Durante o evento, foram abordados diversos tópicos relevantes para o trabalho autárquico, incluindo a gestão administrativa, o relacionamento com a comunidade e as funções de cada cargo. Os casos práticos apresentados pelos experientes autarcas proporcionaram aos participantes uma visão mais abrangente e realista dos desafios e responsabilidades enfrentados no exercício de funções nas Juntas e Assembleias de Freguesia. No encontro, foi apresentada ainda uma base de dados de legislação autárquica, permanentemente atualizada, e que fica ao dispor dos atuais e futuros autarcas.



CÂMARA DE COIMBRA INVESTI TRÊS MILHÕES DE EUROS NO BAIRRO DA FONTE DO CASTANHEIRO

A Câmara Municipal de Coimbra aprovou por unanimidade o lançamento de um concurso público para uma empreitada de reabilitação de 21 habitações sociais no Bairro da Fonte do Castanheiro, na freguesia de Santo António dos Olivais, um investimento de três milhões de euros.

De acordo com o Presidente da Câmara de Coimbra, José Manuel Silva, este investimento vem juntar-se a um outro investimento de cinco milhões de euros que irá incidir na requalificação de 33 habitações, permitindo assim reabilitar a totalidade das habitações municipais do bairro, “atualmente bastante degradado”.

“O processo de reabilitação tem como objetivo intervir nas habitações municipais existentes, para que cumpram os requisitos legais de habitabilidade”, justificou o autarca eleito pela coligação Juntos Somos Coimbra (PSD, CDS-PP, Nós, Cidadãos!, PPM, Aliança, RIR e Volt).

A autarquia prevê poder consignar os trabalhos desta empreitada em novembro, com a obra a decorrer num prazo de 480 dias, em duas fases.

Cada uma das fases terá uma duração máxima de 240 dias, sendo que na primeira fase vão ser recuperadas 11 habitações, das quais seis devem ficar concluídas 30 dias antes do prazo limite de conclusão da respetiva fase”. Já as restantes serão terminadas “no prazo limite de conclusão da fase, para assim se poder realojar arrendatários e a empreitada não sofrer interrupção”. A segunda fase prevê a reabilitação das restantes habitações. A empreitada prevê a execução de 637 mil euros ainda este ano, enquanto em 2024 serão executados 1,8 milhões de euros e, em 2025, 637 mil euros.

“No âmbito desta obra, vai ser necessário executar infraestruturas na rua 13 de Maio e rua do Mondego”, informou a autarquia.

CÂMARA DE LISBOA DEFENDE ALTERAÇÃO DE LEI DOS TVDE PARA IMPEDIR ESQUEMAS ILEGAIS



A Câmara Municipal de Lisboa exigiu ao Governo que proceda à revisão imediata do atual enquadramento legal aplicável à atividade de TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica), para impedir esquemas ilegais no âmbito do exercício da profissão de motorista.

Por proposta da liderança PSD/CDS-PP, a moção aprovada pretende que o Governo altere a lei para “garantir aos municípios competências no domínio da regulação e organização dos TVDE, incluindo no que se refere à criação de contingentes municipais e/ou intermunicipais”.

A moção, aprovada por maioria do executivo municipal, surge após conhecimento público de “alegadas práticas fraudulentas com o envolvimento de redes organizadas”, para a obtenção de títulos de condução e de certificados necessários ao exercício da atividade de motorista de TVDE.

Neste âmbito, a proposta da Câmara é para que o Governo, até à revisão da legislação, faça a divulgação pública do número de veículos em cada município afeto à atividade e a suspensão das atuais licenças atribuídas a operadores de TVDE que se encontrem inativas por um período superior a três meses.

Na moção, o executivo municipal exige ainda que o Instituto da Mobilidade e dos Transportes e a Polícia

de Segurança Pública, no quadro das suas competências e atribuições, promovam “uma fiscalização efetiva destas situações em Lisboa, em ordem a mitigar os riscos indicados”.

O registo de “alegadas práticas fraudulentas” relacionada com TVDE, além de constituir uma violação do quadro legal e regulamentar vigente, coloca “em risco a confiança que a comunidade deposita neste importante setor de atividade, numa clara distorção da concorrência com prejuízo para os operadores e profissionais que cumprem escrupulosamente as regras a que estão adstritos”, lê-se na moção.

O documento refere ainda que a condução sem título de condução legalmente emitido e/ou sem certificados de habilitação para o exercício da profissão de motoristas de TVDE “coloca igualmente em risco a segurança rodoviária e dos passageiros que recorrem a estes serviços e poderá fomentar a existência de redes que vivem da exploração de pessoas que procuram melhores condições de vida no nosso país”.

1,5 MILHÕES DE EUROS PARA PROTEGER A ORLA COSTEIRA DA CALHETA DE SÃO JORGE

O Governo dos Açores investiu 1,5 milhões de euros na proteção da orla costeira da Calheta, São Jorge, obra que protege a população e que “projeta a economia azul”, segundo anunciou o líder do executivo.

“Não se trata apenas de uma obra de betão, mas de uma infraestrutura de valorização, que cuida as alterações climáticas, que valoriza o território e que projeta a economia azul que queremos abraçar com sucesso nas nossas ilhas todas”, declarou José Manuel Bolieiro.

O Presidente do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) discursava na inauguração da empreitada de proteção do caminho municipal da Calheta, concelho da ilha de São Jorge, que custou cerca de 1,5 milhões de euros.

Para José Manuel Bolieiro, a conclusão da infraestrutura de proteção representa um “momento histórico” para a região.

“Estamos a viver um momento histórico. Histórico para a vila da Calheta, para o município, mas também para os Açores. Histórico porque, no que diz respeito ao pretérito, corresponde a uma ambição”, assinalou.


O líder do executivo regional defendeu a necessidade de proteger a orla costeira dos Açores, quer por “razões de carácter ambiental”, quer para “proteger a população” das consequências das alterações climáticas.

“Esta valorização deste caminho terrestre abre horizontes aos caminhos que o mar dá ao futuro dos Açores”, afirmou.

José Manuel Bolieiro realçou ainda que “importa olhar o mar como uma oportunidade”, lembrando que existiu uma época marcada por “temores de corsários e de medo do mar”.

“É também uma oportunidade que estamos a desenhar para todas as nossas ilhas dos Açores de olhar em cada vila, em cada freguesia, em cada cidade, o mar como um horizonte de oportunidades. Em vez de estarmos de costas voltadas para o mar, abrimos o nosso olhar para este novo horizonte marítimo”, salientou.

Em dezembro de 2021, a Câmara do Comércio da ilha de São Jorge reivindicou a requalificação do porto da Calheta, defendendo a construção de uma “marina digna” e obras de proteção da orla costeira daquele concelho açoriano. Aquela zona costeira da vila da Calheta é frequentemente assolada por fenómenos de agitação marítima devido ao mau tempo e que põem em causa as condições de segurança da falésia e da via adjacente.



GOVERNO AÇORIANO DEFENDE **OBSERVATÓRIO** **PARA ESTUDAR** **NOVAS SUBSTÂNCIAS** **PSICOATIVAS**

O Governo dos Açores quer uma atuação na prevenção primária e junto da população de risco para combater as Novas Substâncias Psicoativas (NSP) e defendeu a criação de um observatório destinado a estudar a problemática.

“Temos de atuar, pelo menos, a dois níveis. Na prevenção primária, com medidas que possam ser fraturantes e quebrar ciclos que já estão instalados. E também temos de atuar naquilo que são os problemas correntes dos consumidores”, declarou a secretária regional da Saúde e Desporto.

Mónica Seidi falava aos jornalistas na Unidade de Saúde de São Miguel, em Ponta Delgada, dia 30 de junho, após a segunda reunião da ‘task-force’ para a luta contra as NSP, também conhecidas por drogas sintéticas.

“Uma ideia que sai daqui, e que me parece bastante pertinente, é a necessidade de atuarmos ao nível da população que está em risco, mas que ainda não está numa fase tão decadente. Queremos repescá-los para uma sociedade saudável e tra-

balhar na reabilitação”, afirmou.

Questionada se concorda com a proposta dos deputados do PS eleitos pelas Regiões Autónomas à Assembleia da República, que propuseram ao Governo da República a realização de um estudo para compreender o fenómeno, Mónica Seidi considerou “importante caracterizar a população” de consumidores.

“O que acho importante é a necessidade de fazer, não só um estudo, mas vários estudos. É relevante haver uma entidade, como já foi proposta em tempos, um observatório, tal como acontece a nível europeu, que faça uma análise de forma dinâmica e contínua”, defendeu.

A governante considerou ser “premature e precipitado” apresentar medidas “concretas” nesta fase, mas reconheceu que o que está “implementado não tem funcionado”.

“Sei que está toda a gente preocupada e inquieta para saber medidas, mas a pressa é a inimiga da perfeição. Atendendo à dimensão do problema, nesta fase inicial, estamos mais preocupados e focados em ouvir todos os parceiros”, assinalou.

O número de consumidores de NSP na região não está contabilizado, mas, em março, estavam 937 utentes em programas de substituição opiácea e “muitos deles paralelamente consomem drogas sintéticas”, disse à agência Lusa a secretária regional da Saúde, em 18 de junho. A Polícia Judiciária apreendeu nos Açores, nos primeiros seis meses do ano, 78 quilos de droga, na maioria haxixe, mas também cocaína, heroína e substâncias sintéticas, em quantidade equivalente a 90% do total de 2022, adiantou o coordenador regional.

COLIGAÇÃO QUER VALORIZAR **ESTATUTO DE CIDADE PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ANGRA DO HEROÍSMO**



Os grupos parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM na Assembleia Legislativa dos Açores querem “valorizar” o estatuto de Cidade Património Mundial que a Unesco atribuiu a Angra do Heroísmo em 1983, “fazendo dessa distinção uma aposta na promoção de um produto turístico de cultura, que complemente o produto de turismo de natureza do arquipélago”.

Numa esplanada sobre a baía da cidade, coube à deputada Nídia Inácio apresentar o Projeto de Resolução a discutir em Plenário, sendo que “em plenas festas Sanjoaninas, com Angra do Heroísmo cheia de turistas e visitantes, e a poucos meses de se completarem 40 anos sobre a distinção da Unesco, este é um passo natural”, referiu.

Recordando que “o imediato esforço de reconstrução após o sismo de 1 de janeiro de 1980, com uma total mobilização da população e do Governo Regional de então, foram, também essenciais para a classificação como Património Mundial”, a social-democrata elogiou “o urbanismo singular da primeira cidade portuguesa com aquele estatuto, devido ao valor cultural da sua importância histórica e patrimonial, pelo papel transatlântico que desempenhou”.



PSD, CDS-PP e PPM pretendem que, 40 anos passados da classificação do Centro Histórico de Angra do Heroísmo, “num período de recuperação socioeconómica e turística na Região e na ilha Terceira, dar condições à sua promoção como produto turístico de cultura e de património, diversificando a oferta da Região, e em complemento ao produto de turismo de natureza”, explicou Nídia Inácio.

“Em Angra do Heroísmo permanecem um traço artístico inigualável de arquitetura, escultura, talha, porcelana, azulejaria e mobiliário, marcas da interculturalidade e globalização da época, bem conservadas, e que podem ser potenciadas como produto turístico dos Açores”, enfatizou a deputada.

Propõe-se, pois, que o Governo Regional promova tal faceta enquanto produto turístico, “criando a ‘Rota

dos Descobrimentos’ e a ‘Rota pelo Liberalismo’, em articulação com entidades públicas e operadores turísticos, regionais e nacionais”, disse Nídia Inácio.

Igualmente, “deve prosseguir e reforçar-se a divulgação da informação sobre os achados arqueológicos subaquáticos existentes na baía de Angra do Heroísmo”, assim como deverá ser criado “um grupo de trabalho para avaliar da salvaguarda do património mundial, e as oportunidades para valorizá-lo e potenciá-lo, a par de um turismo sustentável, compilando o trabalho efetuado nos últimos 40 anos”, frisou.

Os partidos da Coligação defendem ainda “plataformas que mobilizem a comunidade para a integração no património cultural, um processo que deve também criar condições ao desenvolvimento de um ecossistema”, assim como “a formação em

Património Mundial da UNESCO para os profissionais de informação turística, que desempenham um papel vital na sensibilização para os valores de preservação do património da cidade de Angra do Heroísmo”.

“O produto turístico de cultura é definido - pela Organização Mundial do Turismo - por deslocar pessoas com motivações essencialmente culturais, em passeios de estudo, artes performativas, viagens a festivais, visitas a sítios e monumentos, viagens para estudar a natureza, o folclore ou a arte, e mesmo peregrinações”.

“Isso inclui deslocações que satisfazem a necessidade humana de diversidade, tendendo a elevar o nível cultural do indivíduo e dando origem a novos conhecimentos, experiências e encontros. E é isso que queremos fomentar em Angra do Heroísmo”, concluiu Nídia Inácio.

MADEIRA MOSTRA QUE “É POSSÍVEL ESCOLHER

O líder parlamentar do PSD afirmou na sessão comemorativa do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses, 1 de julho, na Assembleia Legislativa da Madeira, que é também um dia de reflexão, sobretudo relativamente ao que tem acontecido nos últimos quatro anos.



E GOVERNAR BEM”



Jaime Filipe Ramos referiu que o poder de proximidade é muito mais eficaz e capaz e “a Madeira é excelente exemplo de onde é possível escolher e governar bem”.

Destacando o trabalho e os resultados desta legislatura, onde foi assumida e conseguida a desejada estabilidade parlamentar e governativa, que “muitos tentaram corroer e até corromper, mas que foi possível resistir e consolidar, pois mesmo com diferenças, provamos que a Madeira esteve sempre em 1º lugar”, o líder parlamentar referiu que “o atual Governo Regional conseguiu em quatro anos, mesmo em circunstâncias difíceis e atípicas, resultados extraordinários, fruto de opções políticas acertadas, tais como a fiscalidade”. “Fomos o Governo que em Portugal mais baixou impostos. Devolvemos mais de 270M€, verbas essas que ficaram disponíveis para as famílias e as empresas”, declarou.

Jaime Filipe Ramos reformou que também “nestes quatro anos, e mesmo perante a maior pressão sobre as contas públicas, em que o Estado nos virou as costas e em que fomos obrigados a contrair sozinho, e com urgência, 458 milhões de euros, aumentando a nossa dívida, hoje no 1.º trimestre de 2023, temos uma dívida de 85% do PIB, muito inferior à do Estado que é de 114%”, destacando, igualmente “a capacidade deste Governo Regional em proteger a nossa população”.

“Perante o maior desafio de sempre, o Governo não hesitou. Demonstrou competência e assertividade, e muitas vezes antecipou, mesmo com críticas, dos mesmos de sempre, mas não falhou e, hoje, os Madeirenses reconhecem esse trabalho e, acima de tudo, a coragem e a li-

derança que foram fundamentais para superar a crise pandémica”, acrescentou.

Sobre as relações com a República, o líder social-democrata regional disse ser “curioso que até 2020, os problemas de diálogo com a República eram um exclusivo da Madeira, mas agora parece que também são dos Açores”.

“E o que mudou? Ou melhor, o que não mudou. É que o PS só gosta de si e dos seus. E já como dizia Jorge Coelho: Quem se mete com o PS, leva!”, afirmou.

Para Jaime Filipe Ramos, existem “provas evidentes” de que “o PS sequestrou o Estado de Direito”.

E se, conforme sublinhou, “antes, o PS fazia tudo isto com cuidado e discrição, agora, já perdeu a vergonha”.

Entretanto, sustenta Jaime Filipe Ramos, “ninguém pode agendar viagens depois de 23 de agosto e assim a população e o destino Porto Santo ficam comprometidos, com esta incompetência socialista”.

Numa outra reflexão, o líder parlamentar afirmou que a nossa atual Autonomia Legislativa, precisa de um passo significativo em sede da Constituição portuguesa.

“Precisamos de uma Revisão Constitucional que traduza um maior aprofundamento e uma maior consolidação das autonomias regionais, capacitando os órgãos de governo próprio, de um conjunto mais vasto de poderes legislativos e onde fiquem claras as obrigações e as competências do Estado com incidência exclusiva nas funções de soberania, deixando às Assembleias Legislativas a restante competência legislativa”.

De igual modo, defendeu um novo Sistema Fiscal Regional, “com vista a uma maior competitividade, com equilíbrio orçamental, mas através de uma realidade fiscal com critérios e objetivos próprios e específicos e não apenas uma mera adaptação dos impostos nacionais”.

Nesse sentido, disse ser “fundamental a revisão Lei das Finanças das Regiões Autónomas, para podermos consagrar uma lei mais justa, equitativa e positiva na defesa dos interesses dos povos insulares”.

Deixou ainda uma palavra às nossas comunidades, que “reforçam a nossa Madeirensidade”, em especial aos Madeirenses da Venezuela e da África do Sul que têm passado por situações difíceis, de instabilidade e de violência.

Lamentou, também, que “para o Governo Português, os nossos emigrantes continuam a ser mais importantes para festas, cocktails e selfies, do que para resolver a falta de meios e respostas dos serviços consulares, ou que o programa Regressar seja só para alguns, ou que as ligações aéreas prometidas fiquem pelas páginas de jornais, ou que para termos deputados eleitos pelas nossas comunidades, o Governo, a Assembleia da República ou melhor o PS não tenha tempo, nem interesse para discutir”.

Já no final da intervenção, Jaime Filipe Ramos sublinhou que “o caminho da Autonomia vai continuar, em nome do nosso legado, em nome daqueles que aqui acreditam, mas sobretudo em nome daqueles que esperam de nós a esperança de um melhor amanhã”.

Os agricultores sociais-democratas têm de mudar a agricultura portuguesa!

É, hoje, do conhecimento geral que a Agricultura Portuguesa sofre uma crise profunda, cujas raízes, muito fáceis aliás de enunciar, têm persistido ao longo dos anos sem alteração significativa.

O clima irregular do nosso País, com anos seguidos de seca alternando com anos de grandes inverniais, os solos pobres, em geral ácidos e declivosos, em que se processa a actividade agrícola, não constituem, certamente, o ambiente mais propício a uma agricultura próspera.

Também a estrutura fundiária, adaptada ainda à época do trabalho braçal e do arado, não acompanhou as alterações provocadas pelo progresso técnico e pela motorização e mecanização agrícolas e está por isso, desarticulada, carecendo de profunda e urgente modificação. Acresce a esta desarticulação, a ocupação ilegal das terras no Alentejo, que ainda se mantém.

É neste meio adverso, geoclimático e estrutural, que os agricultores portugueses, o empresário agrícola e o trabalhador agrícola, têm de viver, é aí que lhe impõem «ter de aumentar a produtividade de forma a satisfazer parte importante do consumo interno e melhorar as condições socioeconómicas de forma a ter um nível de vida digno equiparado aos outros sectores da actividade económica».

Não é fácil a sua tarefa. Para atingir estes objectivos torna-se indispensável que o empresário agrícola saiba administrar com engenho a sua exploração, com aproveitamento máxi-

mo das capacidades de uso do solo, com estudo profundo dos investimentos a efectuar e dos créditos a obter, dos preços e das mais adequadas formas de comprar o que lhe falta e de vender a sua produção. E que o trabalhador agrícola seja um técnico especializado em várias das diversas operações que uma agricultura moderna exige. Que ambos tenham, enfim, uma boa preparação escolar e técnica.

No contexto português, os agricultores, empresários ou os trabalhadores em geral, estão longe de possuírem uma instrução de base suficiente. Ela é, até, em assustadora medida, tão deficiente que, para só citar um número, mais de um terço (38%) dos chefes de exploração agrícola eram, em 1977, analfabetos.

Tal não sucede, felizmente, com os milhares de agricultores sociais democratas, que em todas as regiões e distritos do País, militam no PSD. Mais esclarecidos, mais capacitados, mais dinâmicos, mais conhecedores dos problemas que os agricultores enfrentam, mais capazes até de se exprimirem, terão certamente uma palavra importante a dizer sobre a agricultura portuguesa.

Vêm estas considerações a propósito de alguns contactos que estabeleci recentemente com numerosos militantes agrícolas sociais democratas, em deslocações efectuadas a diversas regiões e distritos do País. Estes contactos em sessões de trabalho foram proporcionados pelas respectivas Comissões Políticas Distritais em sete distritos,

por *Rodrigo de Sande Lemos* *

abrangendo uma parte apreciável das zonas agrícolas e rurais do País: Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Guarda, Viseu, Beja e Faro. Aproveito esta oportunidade para agradecer quer aos Presidentes das Comissões Políticas Distritais e concelhias o bom acolhimento e as facilidades concedidas.

Quais são, pois, os grandes problemas, quais são os estrangulamentos que os agricultores, militantes sociais democratas, consideram mais inibidores da sua actividade? Que meios, que medidas pretendem que sejam desenvolvidas para que a actividade agrícola tenha a rentabilidade indispensável a uma vida digna quer para os empresários e trabalhadores, quer para as suas famílias?

Há cinco grandes áreas que os agricultores sociais democratas presentes nas sessões de trabalho consideram mais importantes qualquer que seja a região onde trabalham, isto é foram mencionadas em todos os distritos, e que a seguir se enumeram:

- Crédito Agrícola
- Estrutura Fundiária
- Formação do Empresário
- Comercialização e Cooperativas
- Serviços Regionais

Foram referidas também outras áreas de preocupações, embora, com menor frequência e só em um distrito, tais como a ecologia, em Viana do Castelo, a reconversão vitícola, em Braga, o castanheiro, em Vila Real, zonas demarcadas, em Guarda, a avicultura, em Viseu, os regadios, C.E.E. e preços, em Beja, e a água, em Faro.

Uma primeira nota curiosa, é a essência de citações, com excepção de Beja, quanto à relação de preços, ou aos preços, de fertilizantes, de sementes, ou de rações e de produtos agrícolas e pecuários. É de presumir ter esta área sido englobada numa outra mais abrangente, a da comercialização dos produtos agrícolas.

Uma segunda nota, relativa a áreas de preocupa-



ções focadas com menos frequência, é a de que por elas se verifica, como é aliás óbvio, onde há uma maior intensificação cultural e onde, por outro lado, mais a necessidade de irrigação se faz sentir.

Quanto às cinco áreas mencionadas nas sessões de trabalho por numerosos agricultores em todos os distritos, há em cada uma delas certos aspectos que importa, pelo menos, enunciar:

Crédito Agrícola — necessidade de melhoria de crédito P.A.R. e sua regulamentação; de crédito para redimensionamento da propriedade e de aumento da área pelo IFADAP; de implementação do crédito pessoal; duma forma geral, de diminuição da burocracia, tornando o crédito mais personalizado, mais simples o preenchimento dos «papéis», e mais rápida a decisão.

Estrutura Fundiária — adequada dimensão da propriedade; da exploração agrícola; promulgação das leis do arrendamento rural e do emparcelamento; reforma agrária e alteração urgente da lei 77/77 quanto a reservatórios, indivisos e clarificação da situação das U.C.P.; ordenamento do território e carta de solos, nos distritos onde não existe.

Formação do Empresário — melhoria da rede existente de cooperativas vinícolas e leiteiras e sua fiscalização; necessidade de fomentar a criação de novas cooperativas para outros produtos, em especial frutícolas e avícolas; criação de «bolsas» regionais e nacionais de produtos agrícolas.

Serviços Regionais — serviços de extensão com actuação mais rápida até ao agricultor, destinatário final de todo o labor dos serviços oficiais; estruturas humanas mais leves e melhor equipadas; regionalização de serviços a nível distrital, referido pelos distritos que não são sede de regiões agrícolas.

Do diálogo estabelecido, das respostas colhidas, das reflexões participadas nas sessões de trabalho, apenas se podem deduzir linhas de actuação. Não houve com efeito a preocupação de se fazerem inquéritos e amostragens pois estes tipos de sondagens são formas «mecanistas» de apresentar factos que não se coadunam com o diálogo e a exposição de assuntos que, mais elaborados, surgem como de maior relevo.

Há, porém, outros modos mais directos, mais humanos, mais aliciantes, para a Agricultura Portuguesa fazer ouvir a sua voz, através de agricultores esclarecidos, dos agricultores militantes sociais democratas.

O Presidente da Comis-

são Política Distrital de Beja, dr. António Duarte Chagas tomou há meses, a iniciativa de realizar em Beja um «Congresso dos Agricultores Sociais Democratas de Beja», em que por seu amável convite, estive presente como orador, e que decorreu com a assistência e a participação animada de centenas de agricultores sociais democratas.

Porque esperamos para alargarmos os temas aí debatidos e aprofundarmos as grandes áreas detectadas nas sessões de trabalho distritais com os agricultores sociais democratas?

Que falta para que o PSD promova e os agricultores sociais democratas realizem em Lisboa, ou noutro local central, no final deste ano, um Congresso Nacional dos Agricultores Sociais Democratas? Com o tema, por exemplo, de «Prepararmos hoje a Agricultura de amanhã»?

Quando irão os agricultores sociais democratas fazer ouvir a sua voz?

* Coordenador do Grupo Nacional de Estudos de Agricultura

NOVA TABELA DE ASSINATURAS Pagamento adiantado

CONTINENTE

6 MESES (26 números)	700\$00
12 MESES (52 números)	1250\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números)	800\$00
12 MESES (52 números)	1550\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

VIA AÉREA

Emigrantes

	Semestral	Anual
ESPAÑA	750\$00	1400\$00
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE		
GUINÉ, C. VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1300\$00	2600\$00
OUTROS PAÍSES	1800\$00	3400\$00

Não Emigrantes

ESPAÑA	800\$00	1550\$00
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, C. VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1400\$00	2750\$00
OUTROS PAÍSES	1900\$00	3500\$00

MEDALHA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO



600\$00

Pedidos à:

SECÇÃO CENTRAL DE VENDAS
RUA BUENOS AIRES, 39 - 1296 CODEX

Povo livre



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

REDACÇÃO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:

Rua de Buenos Aires, 39 - 1296 LISBOA CODEX - Telex. 602140

BOLETIM DE ASSINATURA

NOVA RENOVAÇÃO

NOME

MORADA

6 MESES 1 ANO

Junto envio cheque N.º

Segue vale de correio N.º

Junto numerário

EDIÇÃO N.º 498 do "Povo Livre" | de 29 de fevereiro de 1984

"Os agricultores sociais-democratas têm de mudar a agricultura portuguesa".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 18 de julho (terça-feira) de 2023, pelas 21H30**, na Casa Municipal da Cultura de Alvaiázere, sita na Rua Conselheiro Furtado dos Santos, 52 em Alvaiázere, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação Política Nacional e Distrital.

UISEU

Nos termos dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viseu, para reunir no próximo **dia 14 de julho de 2023 (sexta-feira), pelas 21H00**, na Auditório Municipal de Resende, sita Rua Egas Moniz nº 8 - Resende com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
 2. Análise da situação política;
 3. 41º Congresso Nacional do PSD (revisão estatutária);
 4. Outros assuntos.
- Notas: Esta Assembleia contará com a presença de um elemento da CPN do PSD, a confirmar.

SECÇÕES

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Alenquer para reunir no próximo **dia 23 de setembro de 2023 (sábado), a partir das 14H00**, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Gago Coutinho, 36 R/c Esq. – Alenquer, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Alenquer.
2. Eleição da Comissão Política de Secção de Alenquer.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Concelhia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (20/09/2023), encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito naquele dia, entre as 21H00 e as 23H00.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00

ILHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo, em sessão ordinária, que terá lugar no próximo **dia 15 de julho de 2023 (sábado), pelas 18H00**, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária local e nacional;
3. Outros assuntos.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Paredes, a reunir no próximo **dia 19 de julho (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00** na Sede do PSD de Paredes, sita na Rua 1º Dezembro nº 45, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Espaço dos Presidentes de Junta e dos Membros das Assembleias de Freguesia;
3. Espaço dos Deputados da Assembleia Municipal;
4. Espaço dos Vereadores do Executivo Municipal;
5. Espaço da C.P. da JSD;
6. Espaço da C.P. do PSD;
7. Apresentação, discussão e votação das contas do exercício de 2022;
8. Análise da situação político-partidária local;
9. Outros assuntos.

Nota: nos termos do art.º 69, nº 2 dos Estatutos, se à hora prevista na convocatória não existir quórum, a Assembleia da Secção funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Portimão do PSD para uma Assembleia de Militantes a ser realizada no próximo **dia 14 de julho de 2023 (sexta-feira) pelas 21H00** na Sede do PSD de Portimão, sita Rua do Colégio número 6 em Portimão, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação político partidária e aprovação da estratégia política a desenvolver pela Comissão Política de Secção;
3. Informação sobre calendário eleitoral para eleição dos delegados ao 41.º Nacional do PSD, a realizar no dia 25 de novembro de 2023;

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Porto, para reunir no próximo **dia 19 de julho de 2023, (quarta-feira), pelas 21H00**, nas instalações do Ateneu Comercial do Porto, sita na Rua de Passos Manuel, 44, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Processo de revisão estatutária;
2. Outros assuntos.

PÓVOA DO LANHOSO

Nos termos dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia de Secção, no **dia 20 de julho de 2023, às 21H00**, na Sede Concelhia, sita na Rua Comandante Luis Pinto da Silva, nº 1 – 4º Esq., na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
 2. Informações e outros assuntos.
- Nota: De acordo com o preceituado no nº 2 do art.º 69º dos estatutos Nacionais do PSD, se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á meia hora mais tarde com os militantes presentes.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure para uma sessão ordinária, a realizar no próximo **dia 21 de julho de 2023 (sexta-feira), pelas 21H00** na Rua Moraes Pinto nº 6, 1º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. Aprovação das contas de 2022;
3. Outros assuntos.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 15 de julho de 2023 (sábado), pelas 18H30**, na Sede do PSD de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880, Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Comissão Política aos militantes;
2. Análise da situação Política Local e Nacional;
3. Outros assuntos de interesse.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

III CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o III Conselho Distrital do mandato 2022/2024 para reunir no próximo **dia 22 de julho de 2023 (sábado), pelas 15h00m**, na sede da Junta de Freguesia da Lageosa do Mondego sita na R. de São Martinho, 6360-511 Lajeosa do Mondego, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política atual;
- 3 – Outros assuntos.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda para o Plenário Concelhio da JSD Guarda, a realizar-se no **dia 05 de agosto de 2023, pelas 21h00**, na sede do PSD da Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2º com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão da atividade política local e nacional;
- 2 – Outros assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 28/06/2023

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no **dia 29 de julho de 2023, (sábado), para às 17:00H**, no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º Andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição de Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia da JSD Mafra.

Nota: As listas deverão de ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 17h00m e as 19h00m.

TÁBUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Tábua, para reunir no próximo **dia 5 de agosto de 2023, pelas 17 horas**, na sede do PSD de Tábua, sita na Avenida Dr. Castanheira de Figueiredo, n.º 5, Tábua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Tábua.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17 às 19 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo 16, 3000-250 Coimbra.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**